

A QUESTÃO EDUCACIONAL

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

A viva crise da universidade brasileira não foi suficientemente compreendida nas suas fundas implicações pela opinião pública do país. Não faltou o apoio noticioso, nem a manifestação enérgica das lideranças universitárias. Faltou tempo para perceber a sua relevância no quadro dramático da nossa transição para a plenitude da democracia. Sim, faltou tempo porque a luta pela sobrevivência de todos e de cada um impõe dedicação integral. Mas, é fundamental que estejamos atentos para a questão educacional. Sem resolvê-la não poderemos alcançar a nossa verdadeira independência.

Todo o trabalho desenvolvido até agora no setor universitário voltou-se exclusivamente para a sua expansão quantitativa. Os índices de crescimento numérico passaram a ser mais importantes do que a verdadeira demanda da qualidade, do aperfeiçoamento da infra-estrutura da universidade. É chegado o momento de mudar a direção.

Basicamente, o problema mais agudo da educação no Brasil é a disparidade progressiva tanto da população em idade escolar versus a população na escola, como do estrangulamento da saída versus a ineficácia do ensino de segundo grau. De um lado, está a marcha regressiva da universalização do ensino de primeiro grau; do outro, o terrificante fato de que o estudante entrando na primeira série do primeiro grau só tem dois caminhos: 1º) parar no meio da seqüência (seja pelos altos níveis de evasão e repetência, seja pela assinalada ineficácia do ensino de segundo grau), ficando desqualificado para o exercício de uma tarefa social útil; 2º) completar a universidade (em grande maioria dos casos com medíocre formação pela baixa qualidade do ensino oferecido), obter o respectivo diploma, e lutar por um lugar ao sol.

É evidente que esse cenário não é auspicioso para o nosso estágio nacional. Primeiro, pressupõe um crescimento descontrolado do ensino superior. Segundo, inviabiliza a qualificação da mão-de-obra técnica necessária ao desenvolvimento, a custos menores e eficiência maior. Terceiro, prejudica a qualidade da formação do aluno em todos os níveis.

Vencer esse desafio é objetivo prioritário de qualquer governo democrático. Mas, para fazê-lo com sucesso é indispensável atribuir adequada prioridade ao setor educação, não apenas com a necessária disponibilidade de maiores recursos, mas também com a aplicação de uma vigorosa política para corrigir as distorções de nossa pirâmide educacional.

Como assinali em outra ocasião, nos dias de hoje a universidade assumiu uma importância social fora do comum. Mais do que a escola primária e o colégio secundário, a universidade chamou a si uma responsabilidade desproporcional aos recursos que lhe foram atribuídos. E, o que é pior, em detrimento da universalização do ensino de primeiro e segundo graus pretendeu-se desencadear um alargamento do acesso ao terceiro grau, massificando a formação qualificada, quando se sabe que a deficiência estrutural está fora da universidade.

É sabido até pelos não iniciados que no primeiro e segundo graus está localizada a progressiva falência do nosso sistema educacional. Mesmo se considerado apenas o aspecto político, veremos que o único caminho possível para formar agentes sociais úteis passa pelo fortalecimento da escola primária e pela ampliação do leque de carreiras de nível médio, funcionando eficazmente. Não se pode substituir estas urgências pela busca, a qualquer preço, da democratização do ensino superior. De nada adiantará o aumento do contingente profissional universitário se ele não responde qualitativamente às necessidades sociais, representa excesso desperdiçado de mão-de-obra com negativa repercussão no mercado de trabalho, e é alcançado com o enorme vazio

de profissionais de nível médio e a elevação da taxa de crianças fora da escola obrigatória.

Resumidamente, e levando em consideração o sumaríssimo desenho da realidade educacional brasileira aqui feito, qualquer política séria para o setor deveria conter os seguintes pontos principais:

I) universalizar e qualificar o ensino de primeiro grau, pela ampliação de programas de construção de escolas, pela melhoria das condições de trabalho dos professores, pela melhor oferta de material didático, pela expansão da merenda escolar;

II) conceder prioridade para o desenvolvimento do ensino de 2º grau, promovendo efetivamente a terminalidade profissionalizante;

III) desacelerar o crescimento do terceiro grau, qualificando o já existente, aperfeiçoando as condições para a pesquisa e estimulando a atividade docente com salários compatíveis ao respectivo papel social;

IV) conter rigorosamente a expansão do ensino de pós-graduação;

V) tornar o supletivo veículo de qualificação da mão-de-obra nacional;

VI) gerar fontes alternativas de recursos, incluída a concessão de estímulos fiscais específicos.